

Portugal, Espanha e a Integração Europeia

Um Balanço

Sebastián Royo
(Organizador)



ICS

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
imprensa@ics.ul.pt

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação
Portugal, Espanha e a Integração Europeia. – Lisboa :
Instituto de Ciências Sociais, 2005. – (Fora de colecção)
ISBN 972-671-149-5
CDU 32 (469+460)



Composição e Paginação: Instituto de Ciências Sociais / Celeste Pires
Revisão: José Soares de Almeida
Capa: João Segurado
Tradução: Cabeça, Tronco e Textos
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 226264/05
1.ª edição: Maio de 2005

Índice

Breves notas sobre os autores.....	15
Prefácio.....	19
Introdução.....	23
I Parte	
Capítulo 1	
Moldar a democracia: a União Europeia e as transformações políticas pós-autoritárias da Espanha e de Portugal.....	59
ROBERT M. FISHMAN	
Capítulo 2	
Integração europeia e sociedade civil em Espanha.....	77
KERSTIN HAMANN	
Introdução.....	77
A sociedade civil e a integração europeia.....	78
Os efeitos da integração europeia na sociedade civil: o exemplo dos sindicatos	84
Conclusão: a adesão à UE e a sociedade civil em Espanha.....	93
Bibliografia.....	98
Capítulo 3	
Portugal e a Europa de Leste: depois da revolução, a Europa democrática.....	103
LUÍS SALGADO DE MATOS	
O íman europeu.....	105
Média de desenvolvimento económico.....	120

Coesão social.....	122
O ambiente internacional.....	125
Agenda da revolução no campo da política interna.....	126
Conclusões.....	127
Anexo.....	129
Bibliografia.....	135

Capítulo 4

Atitudes dos portugueses perante a UE: perspectivas sociais e políticas	139
--	-----

MARINA COSTA LOBO

Atitudes dos cidadãos portugueses em relação à UE.....	143
Factores sociais e atitudes políticas: para uma explicação das atitudes em relação à integração europeia.....	147
A relação entre o posicionamento dos partidos e seus apoiantes perante a integração europeia.....	150
Conclusões.....	158

Capítulo 5

O longo caminho da Espanha para a Europa.....	161
--	-----

JUAN DÍEZ-NICOLÁS

O objectivo de serem europeus.....	161
Identidade europeia dos espanhóis.....	166
Objectivos, esperanças e receios relacionados com a integração na União Europeia.....	175
Percepção das consequências da integração na União Europeia.....	184
Conclusões.....	187
Bibliografia.....	188

Capítulo 6

A adesão espanhola à União Europeia revisitada.....	191
--	-----

CHARLES POWELL

Da adesão a Maastricht (1986-1991): os anos dourados da adesão espanhola..	193
--	-----

De Maastricht ao afastamento de González (1991-1996): a luta contra contrariedades crescentes.....	199
A política europeia de Aznar (de 1996 até à actualidade): mudança significativa dentro de uma continuidade fundamental.....	205
Em jeito de conclusão: os perigos de almejar acima das capacidades.....	213
Bibliografia.....	214

II Parte

Capítulo 7

A integração europeia de Portugal: o bom aluno com uma má constituição fiscal.....	219
---	-----

JORGE BRAGA DE MACEDO

Introdução.....	219
O bom aluno da estabilidade macroeconómica.....	222
Constituição fiscal e repressão financeira.....	235
Conclusões.....	245
Bibliografia.....	247

Capítulo 8

A Espanha na UE: quinze anos podem não ser suficientes.....	249
--	-----

MANUEL BALMASEDA, MIGUEL SEBASTIAN

Introdução.....	249
O que significou a Europa para a economia espanhola?.....	250
O sector externo e o investimento directo estrangeiro.....	251
Convergência nominal.....	259
Políticas de redistribuição no orçamento da UE: o papel dos fundos estruturais e de coesão.....	271
Impacto estimado da UEM sobre o PIB e os rendimentos <i>per capita</i>	275
Convergência real: quinze anos podem não ser suficientes.....	276
Conclusões.....	289
Bibliografia.....	289

Capítulo 9	
O redesenhar dos Estados-providência espanhol e português: o impacto da adesão à União Europeia.....	293
ANA GUILLÉN, SANTIAGO ÁLVAREZ, PEDRO ADÃO E SILVA	
Introdução.....	293
Tendências do financiamento e das despesas: aproximação ou distanciamento?.....	295
Redesenhar a protecção social: universalismo <i>versus</i> selectivismo.....	307
O que permitiu a europeização?	329
Anexo.....	335
Bibliografia.....	343
Capítulo 10	
O papel do Estado no mercado de trabalho: o seu impacto sobre o emprego e os salários em Portugal em relação à Espanha.....	347
J. SILVA LOPES	
Introdução.....	347
Desemprego.....	348
Crescimento económico e procura de trabalho.....	349
Desemprego e rigidez das regulamentações laborais.....	354
Salários e concorrência externa.....	363
Bibliografia.....	367
Capítulo 11	
O alargamento de 2004: lições ibéricas para a Europa pós-comunista... ..	369
SEBASTIÁN ROYO	
Introdução.....	369
Consequências da integração.....	372
Alargamento da UE a leste: os desafios para Portugal e para a Espanha.....	394
Os desafios que se colocam aos novos Estados membros.....	399
Lições a retirar da experiência ibérica.....	404
Conclusões.....	408
Bibliografia.....	411

Juan Díez-Nicolás*

Capítulo 5

O longo caminho da Espanha para a Europa

O objectivo de serem europeus

Há já muito tempo que os espanhóis sentem a necessidade de serem reconhecidos como europeus. Após um período de mais de um século de não participação nos mais importantes acontecimentos europeus, os espanhóis precisavam de se sentirem parte da Europa e não diferentes dela. A neutralidade da Espanha nas últimas duas guerras mundiais (que foram sobretudo guerras europeias), aliada ao facto de não ter participado na anterior guerra de 1870, e os quarenta anos de maior ou menor isolamento durante o regime de Franco tornam necessário remontar às guerras napoleónicas para depararmos com o último envolvimento significativo da Espanha em assuntos europeus.

Desde os anos 60, e até mais desde os anos 70, os espanhóis começaram a exteriorizar mais frequentemente e com maior intensidade o seu desejo de não serem diferentes e o seu objectivo de serem, tal como os demais europeus, plenamente integrados na Europa e, em geral, no mundo ocidental. É certo que a Espanha já tinha sido admitida na Organização das Nações Unidas em Novembro de 1950 e, portanto, era desde essa data membro de todas as organizações internacio-

* Universidad Complutense e ASEP.

nais que faziam parte do sistema das Nações Unidas, como a UNESCO, a OIT e outras. Também não deixa de ser verdade que a Espanha assinara em 1953 um tratado com os Estados Unidos para a utilização conjunta de algumas bases militares em Espanha, assim como um novo tratado com a Santa Sé. A Espanha até era, inclusivamente, membro do grupo limitado e prestigioso de países desenvolvidos que formavam a OCDE desde a sua fundação em 1961.

Mas até aos anos 70 a Espanha viu recusada a sua admissão nos dois «clubes» mais europeus, o Conselho da Europa e o mercado comum (como então se chamava), assim como na NATO. Durante os anos 60 e 70, os apoiantes, assim como os opositores, do regime de Franco concordavam no desejo comum de verem a Espanha aderir a esses três organismos internacionais, embora por razões muito diferentes. Os apoiantes do regime de Franco consideravam que a admissão da Espanha nos três «clubes» exclusivos significaria o reconhecimento e aceitação pela comunidade internacional (e particularmente a europeia) do regime resultante da guerra civil de 1936-1939, assim como a legitimação definitiva de um regime que exibia uma peculiar democracia «orgânica». Os opositores do regime de Franco, por seu lado, desejavam a incorporação da Espanha nas três organizações internacionais como uma forma indirecta de conseguirem as mudanças políticas necessárias para o abandono das velhas estruturas autoritárias e a restauração de direitos e liberdades cívicas elementares, especialmente a legalização de partidos políticos e sindicatos, assim como a convocação de eleições livres e democráticas e a restauração da democracia em Espanha¹.

Com a morte de Franco, em Novembro de 1975, e uma vez restaurados os direitos e liberdades cívicas com a transição democrática, a Espanha foi admitida nestas três organizações internacionais (e que têm essencialmente uma dimensão europeia). O Conselho da Europa foi a primeira organização a aceitar a adesão da Espanha, imediatamente

¹ Os dirigentes da oposição mais visíveis durante esse período, como Ruiz Giménez, Tierno Galván, Satrústegui e muitos outros, não perderam nenhuma oportunidade, quando visitavam outros países, ou quando políticos estrangeiros visitavam a Espanha, para exporem os seus melhores argumentos a favor da incorporação total da Espanha nesses três «clubes» internacionais, com o objectivo claro, evidentemente, de conseguirem, através deles, a total democratização das estruturas políticas espanholas. Certamente outros dirigentes da oposição, como Santiago Carrillo, concordavam com o desejo da Espanha de ser admitida no Conselho da Europa e no mercado comum, mas discordavam em absoluto com respeito à possível incorporação da Espanha na NATO, mas esse é outro assunto que não referiremos aqui.

mente após as primeiras eleições democráticas de Junho de 1977. Esta adesão ao Conselho da Europa fora sempre considerada uma condição necessária, mas não suficiente, para ser aceite no mais restrito e exclusivo mercado comum (a partir daí Comunidade Económica Europeia e presentemente União Europeia). Quando a Espanha foi admitida no Conselho da Europa, em Novembro de 1977, este tinha 20 membros, ao passo que o número de países membros da CEE era de apenas 9. Em Dezembro de 1981, a Espanha foi admitida na NATO e, embora os partidos da esquerda espanhola (particularmente o PSOE e o PCE) tivessem questionado essa decisão na altura, o governo do PSOE de 1986 promoveu um referendo sobre a permanência da Espanha na NATO, com uma leve vitória da continuidade da Espanha como membro (52% votaram sim, 40% votaram não, sendo os restantes votos brancos ou nulos). A incorporação da Espanha, anos depois, na estrutura militar da NATO praticamente não produziu qualquer controvérsia pública, excepto na IU (o partido herdeiro do PCE). Quanto à adesão da Espanha à Comunidade Económica Europeia, deu-se em 1986, vinte e quatro anos depois da primeira petição oficial do governo espanhol (apresentada em 1962) e dezasseis anos depois da assinatura (em 1970) do tratado preferencial da CEE com a Espanha, que, contrariamente às expectativas europeias, se revelou extremamente favorável para a economia espanhola.

Não constitui surpresa que, depois de um período tão longo para atingir a integração plena na Europa, se tenha desenvolvido nos espanhóis uma orientação marcadamente pró-europeia, sendo, provavelmente, os mais europeus de todos os europeus. Só muito recentemente começaram a manifestar-se alguns sinais de descontentamento, ainda que longe de constituírem uma corrente de opinião «eurocéptica» significativa. Muito pelo contrário, como demonstraremos em seguida, é evidente um consenso muito alargado a favor da integração europeia em todos os aspectos.

Já em 1966, apenas quatro anos após a primeira petição oficial da Espanha para ser admitida no mercado comum, um inquérito conduzido pelo Instituto de la Opinión Pública, nessa altura recentemente constituído², revelou uma maioria relativa a favor da adesão da Espanha

² O Instituto de la Opinión Pública foi fundado em 1963 como um departamento governamental dentro do Ministério da Informação e Turismo e fazia parte das reformas que permitiram uma certa liberalização da informação durante essa década (Diez-Nicolás 1976). Os resultados de todos os seus inquéritos foram publicados na *Revista Española de la Opinión Pública*, Madrid, e eram amplamente usados pelos cientistas sociais espanhóis

nha ao mercado comum europeu. Assim, 60% da população com mais de 21 anos não tinha qualquer opinião, mas 33% responderam que a solução para os problemas económicos da Espanha era a adesão ao mercado comum, contra 4% a favor da autarquia económica e 3% que preferiam uma união económica com a América Latina. Em 1968, os que não tinham opinião passaram a ser apenas 33%, enquanto a proporção a favor da adesão ao mercado comum subira para 58%. Nesse mesmo ano, 41% eram a favor da integração da Espanha nos Estados Unidos da Europa, mesmo à custa de «perder algumas prerrogativas como Estado independente», e só 22% se opunham a tal integração. Durante os anos 70, vários inquéritos conduzidos pelo IOP revelaram uma proporção persistente entre 70% e 75% a favor da adesão da Espanha ao mercado comum, sendo as proporções dos que esperavam benefícios para a economia espanhola no que respeitava à sua indústria, agricultura ou mão-de-obra normalmente entre cinco ou dez vezes superiores às proporções dos que esperavam consequências negativas. Isto também se aplicava à política, à cultura, ao comércio e ao turismo.

É interessante notar um inquérito conduzido pelo CIS³ em 1983 em que se pedia aos inquiridos que mencionassem as três questões que consideravam serem as mais importantes na política externa da Espanha, sendo os resultados agregados os seguintes: a entrada no mercado comum europeu (50%), as relações com a América Latina e a recuperação de Gibraltar (ambos com 32%), a presença da Espanha nas organizações internacionais (26%), a política de boa vizinhança em relação à França e a Portugal (18%), o reforço das relações com o Terceiro Mundo (11 %) e boas relações com os países comunistas (europeus), relações cordiais com os vizinhos do Norte de África e relações com a NATO (todas abaixo de 10%)⁴.

No entanto, durante os primeiros anos após a adesão à Comunidade Económica Europeia, os espanhóis não se aperceberam de quaisquer benefícios para si próprios, embora continuassem a esperá-los no futuro, especialmente com respeito à economia nacional. Assim, em dife-

nessa altura, embora não incluíssem questões que tocassem muito de perto o regime político.

³ O Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) substituiu o IOP em 1977, depois das primeiras eleições democráticas, como departamento do Ministério da Presidência, e desempenhou um papel importante no fornecimento de informações para muitas das decisões tomadas pelo governo durante a transição política para a democracia. Os seus resultados estão publicados na *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* de Madrid.

⁴ Todos os dados citados aqui do IOP e do CIS podem ser consultados no arquivo de dados do CIS ou nas suas revistas mencionadas, REOP e REIS.

rentes inquéritos conduzidos pela ASEP⁵ em finais dos anos 80, 40% dos inquiridos concordavam que a entrada na CEE tinha sido negativa para a maioria dos espanhóis, 48% não concordavam que a entrada tivesse melhorado o nível de vida dos espanhóis, mas 57% concordavam que seria muito positiva para a maioria dos espanhóis e 63% concordavam que a CEE seria o primeiro passo para a unificação política da Europa.

Em resumo, há muito que os espanhóis esperavam pela adesão à CEE, porque queriam abandonar o sentimento de isolamento a que, em maior ou menor grau, tinham estado sujeitos durante várias décadas no regime franquista, e estavam ansiosos por provarem que eram plenamente europeus. Essa poderá ser uma das principais razões para a atitude pró-europeia generalizada entre os espanhóis registada em todos os inquéritos, como se a expressão de desejos muito fortes de integração na Europa e as elevadas expectativas dos seus benefícios pudessem tornar o sonho realidade. Mas, embora estas elevadas expectativas não parecessem materializar-se durante os primeiros anos da adesão, os espanhóis não desanimaram e continuaram a esperar grandes benefícios, ao mesmo tempo que reconheciam que as expectativas ainda não se tinham realizado. O optimismo acerca das consequências da adesão à CEE tem sido o principal suporte das atitudes pró-europeias dos espanhóis.

Segundo Diez-Medrano (a publicar), os estudos sobre a integração europeia geralmente não diferenciam entre as explicações acerca do comportamento das elites políticas dos países e as atitudes da população, não se apoiam suficientemente em dados empíricos e não relacionam os processos históricos e estruturais e as ideias das elites com as atitudes da população em geral. Além disso, ele também realça a escassez de estudos sobre o processo de integração europeia da Espanha.

A análise que se segue centra-se apenas na opinião pública espanhola com respeito ao processo de integração europeia e contribui para conclusões empíricas, sobretudo baseadas em dados diacrónicos durante um período de doze anos, que podem ser úteis para testar, pelo menos parcialmente, algumas das principais hipóteses que foram avançadas para explicar o apoio dos espanhóis a este processo.

⁵ A ASEP (Análisis Sociológicos, Económicos y Políticos) é um instituto privado de inquérito e investigação que realiza um inquérito-amostra nacional a 1200 pessoas todos os meses desde 1986. O seu arquivo de dados, acessível a pedido, inclui séries mensais, trimestrais ou anuais para mais de 160 meses, mais de 45 trimestres e cerca de 16 anos.

Identidade europeia dos espanhóis

O projecto de uma comunidade de identidade supranacional centrada no mundo de língua castelhana, avançado pelo escritor Ramiro de Maeztu, entre outros (1931), perdeu todo o significado que lhe restava com os movimentos independentistas na América Latina pouco depois da guerra civil espanhola (Diez Medrano, a publicar). Isso tem-se reflectido nos inquéritos conduzidos desde 1991, que indicam que uma percentagem muito pequena dos inquiridos concorda com a afirmação de que «a Espanha é a mãe-pátria da Ibero-América e tudo deveria subordinar-se ao seu papel enquanto mãe, até mesmo os interesses económicos». Em resumo, a América Latina fez parte da história da Espanha, mas a Europa não só tem feito parte da sua história, como também faz parte do seu presente e futuro.

Embora identificando-se mais como europeus do que como membros da comunidade da *hispanidad*, os espanhóis têm mantido fortes laços afectivos com a América Latina e com os latino-americanos, laços que concorrem com os sentimentos em relação à Europa e aos europeus⁶. A longa presença colonial da Espanha na América Latina, os efeitos traumáticos da perda de Cuba e de Puerto Rico em 1898 e os enormes fluxos de migração da Espanha para a América Latina no princípio do século XX tornam fácil compreender por que razão os espanhóis se têm orientado tradicionalmente de forma muito positiva para a América Latina. Porém, apesar de o idioma, a história, a religião e a cultura comuns entre a Espanha e a América Latina terem gerado laços muito fortes, a geografia e toda a história de alianças e confrontações políticas, religiosas e económicas entre a Espanha e o resto da Europa criaram laços ainda mais fortes.

Os dados do inquérito coligidos anualmente pela ASEP desde 1991⁷ demonstram que os sentimentos dos espanhóis em relação à União

⁶ Há que sublinhar que, até quando os latino-americanos são referidos como imigrantes em Espanha, os espanhóis avaliam-nos melhor do que qualquer outro grupo de migrantes e pensam que eles têm mais facilidade de integração na sociedade espanhola e estão mais integrados do que qualquer outro grupo de imigrantes (Diez-Nicolás e Ramirez-Lafita 2001a) e eles próprios sentem-se melhor integrados na sociedade espanhola do que qualquer outro grupo de imigrantes (Diez-Nicolás e Ramirez-Lafita 2001b).

⁷ Todas as referências aos doze inquéritos conduzidos pela ASEP entre 1991 e 2002 sobre a identidade supranacional dos espanhóis figurarão no texto apenas pelo ano em que se realizaram. Quando os dados pertencem a outro inquérito da ASEP, o texto fará referência

Europeia e à América Latina são muito semelhantes e mais fortes do que a respeito de qualquer outro grupo de países, embora se verifique uma pequena mas estável diferença a favor da União Europeia.

Índice de sentimentos em relação a grupos de países*

[QUADRO N.º 5.1]

	I-91	I-92	I-93	I-94	I-95	IV-.96	II-97	IV-.98	IV-.99	IV-.00	IV-.01	III-.02
União Europeia.....	178	161	157	163	139	146	154	148	152	159	159	171
América Latina.....	161	142	145	150	143	144	148	143	147	155	156	156
Europa de Leste.....	151	134	134	136	123	125	131	130	126	140	144	147
América do Norte (Estados Unidos e Canadá).....	122	113	118	123	118	116	122	123	115	134	135	132
Paises árabes do Norte de África...	112	104	122	118	108	108	110	107	111	119	117	107

* O índice foi construído com base na diferença entre a proporção dos inquiridos que manifestam atitudes favoráveis e a proporção que manifesta atitudes desfavoráveis, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1991 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Contudo, quando a pergunta se refere a nacionais, em vez de países, os latino-americanos (representados aqui pelos argentinos) são sistematicamente mais bem avaliados do que os nacionais de qualquer país europeu (representados pelos italianos, portugueses, alemães, franceses e britânicos).

Todos os nacionais europeus são sistematicamente mais bem avaliados do que os norte-americanos e os marroquinos (com exceção dos britânicos, menos valorizados do que os norte-americanos em três anos, e dos franceses, menos valorizados do que os norte-americanos em 1998). Podemos acrescentar que, quando foram incluídos outros nacionais latino-americanos, como os mexicanos em 1991, foram avaliados mais positivamente do que todos os nacionais europeus e que,

cia ao mês em que foi realizado. Juan Díez-Medrano contribuiu muito para a elaboração do questionário que, em grande medida, tem sido repetido ao longo de doze anos.

quando foram incluídos todos os nacionais da União Europeia (como em 1992, 1993 e 1994), todos receberam classificações mais baixas do que os argentinos, mas mais altas do que os norte-americanos.

Avaliação de nacionais de diferentes países*

[QUADRO N.º 5.2]

	I-91	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Argentinos.....	6,3	6,2	6,2	6,5	6,4	6,5	6,3	6,4	6,2	6,3	6,5	6,4
Italianos.....	6,3	5,9	6,0	6,2	6,0	6,1	6,0	6,2	6,0	6,2	6,4	6,3
Portugueses.....	5,5	5,5	5,8	6,0	5,9	6,0	5,8	6,1	5,9	6,1	6,4	6,2
Alemães.....	5,6	5,4	5,7	5,8	5,7	5,8	5,6	5,8	5,5	5,8	5,9	5,9
Franceses.....	5,3	5,2	5,6	5,8	5,6	5,6	5,4	5,3	5,2	5,8	5,8	5,9
Inglês.....	4,9	4,9	5,4	5,6	5,6	5,5	5,1	5,4	5,3	5,6	5,5	5,7
Norte-americanos...	5,2	5,1	5,3	5,6	5,6	5,5	5,3	5,4	5,1	5,5	5,5	5,3
Marroquinos.....	4,1	4,1	4,6	4,9	4,9	4,9	4,8	5,0	5,0	5,0	5,1	4,7

* A escala utilizada varia de 0 (o mais baixo) a 10 (o mais alto).

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1991 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Estes resultados sugerem que, quando a pergunta se refere a países, o quadro de referência se baseia em considerações económicas e políticas, mas que, quando a pergunta interpela a percepção dos nacionais de diferentes países, o quadro de referência se baseia mais em dimensões afectivas relacionadas com a partilha de uma cultura comum. Essa aparente contradição, ou antes indecisão, manifesta-se em muitas outras questões. Assim, nos doze inquéritos conduzidos desde 1991, uma maioria muito elevada dos inquiridos concorda com a declaração de que «a Comunidade de Nações Ibero-Americanas é certamente uma óptima ideia, mas a Espanha está na Europa e o seu lugar é essencialmente na Europa», ainda que uma percentagem significativa também concorde que «a Espanha está geograficamente na Europa, mas que, por causa da sua língua, história e tradição, devia ligar-se mais especialmente à Ibero-América».

O facto de os espanhóis se sentirem culturalmente, historicamente e emocionalmente próximos dos latino-americanos não implica qualquer intenção real de integração. A ideia de uma comunidade espanhola

equivalente à Commonwealth britânica foi há muito abandonada, embora também seja verdade que, por causa da restauração da monarquia espanhola em 1976, a Espanha mantém uma proeminência simbólica nas cimeiras latino-americanas e continua a receber uma espécie de reconhecimento especial. Reciprocamente, a Espanha aceitou o papel de mediadora entre a América Latina e a União Europeia, por vezes mais simbolicamente do que na prática. E é também verdade que, desde finais dos anos 80, a Espanha adquiriu uma posição predominante como investidor em muitos países da América Latina.

Para a maioria dos espanhóis, ser europeu é ter nascido num país europeu, embora um em cada cinco responda que é «considerar-se europeu» e a mesma proporção pense que é «viver e trabalhar num país europeu». Só uma minoria insignificante pensa que ser europeu tem algo a ver com «certos traços físicos ou culturais».

Opinião sobre o significado de ser europeu

[QUADRO N.º 5.3]

	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Total.....	1,200	1,200	1,200	1,200	1,200	1,213	1,204	1,214	1,210	1,209	1,220
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Considerar-se europeu.....	24	23	25	19	20	22	25	25	28	20	26
Viver e trabalhar num país europeu durante mais de cinco anos.....	16	17	14	20	22	16	15	17	14	19	20
Ter nascido num país europeu.....	50	49	49	52	49	50	49	50	48	52	46
Ter certos traços físicos e culturais.....	6	4	4	3	4	4	3	3	4	2	2
NS/NR.....	4	6	7	6	5	7	9	6	7	6	5

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1992 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Estando entre os menos xenófobos e racistas dos europeus (Diez-Nicolás e Ramirez Lafita, 2001a), é natural que os espanhóis prestem tão pouca atenção aos traços físicos ou culturais na sua definição de ser ou não ser europeu. A proporção que menciona essa opção, reduzida desde o início, tem declinado substancialmente para um nível quase

negligenciável de 2%. Pelo contrário, a terra onde se nasceu parece ser uma base mais importante para definir alguém como europeu, ao ponto de essa opção ser feita todos anos por cerca de metade da amostra.

O longo período de tempo que os espanhóis tiveram de aguardar pela admissão na União Europeia, provavelmente, explica a atitude tão favorável que manifestam em relação à UE. Normalmente são menos de 10% dos inquiridos os que respondem estarem um pouco contra, bastante contra ou muito contra a União Europeia, uma proporção tão pequena que coloca a Espanha numa das posições mais baixas entre os países europeus em termos do significado e peso dos chamados «eurocéticos» e certamente a grande distância do Reino Unido. Aliás, a atitude pró-europeia cresceu ao longo do tempo, alcançando um pico máximo em 2002 (provavelmente como consequência da presidência espanhola do Conselho Europeu durante o 1.º semestre desse ano).

Atitude dos inquiridos em relação à União Europeia*

[QUADRO N.º 5.4]

	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Total.....	1,200	1,200	1,213	1,204	1,214	1,210	1,209	1,220
	%	%	%	%	%	%	%	%
Muito a favor.....	5	6	5	4	5	5	4	5
Bastante a favor.....	32	31	33	28	32	35	31	40
Um pouco a favor.....	21	22	26	29	33	30	35	33
Nem a favor nem contra.....	26	24	18	27	20	20	18	16
Um pouco contra.....	7	8	5	4	5	3	6	3
Bastante contra.....	3	3	2	2	1	1	1	1
Muito contra.....	1	1	1	1	1	-	*	*
NS/NR.....	6	6	9	5	3	5	4	2
Índice*.....	147	147	157	155	162	166	162	173

* O índice foi construído com base na diferença entre a proporção de inquiridos que manifestam atitudes favoráveis e a proporção que manifesta atitudes desfavoráveis, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1995 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

De facto, os dois partidos mais importantes, o PP e o PSOE, nunca manifestaram quaisquer diferenças significativas com respeito à inte-

gração na UE, ao contrário do que aconteceu anteriormente com respeito à NATO. Até a IU, herdeira do antigo PCE, tem sido favorável à adesão da Espanha à União Europeia, embora ocasionalmente exprima algumas críticas sobre alguns assuntos específicos, como os partidos regionais ou nacionalistas. Assim, no inquérito de 2002 as proporções dos inquiridos que evidenciaram atitudes favoráveis em relação à UE foram de 78% entre os eleitores do PP, de 73% entre os eleitores do PSOE e de 70% entre os eleitores da IU⁸. Ninguém tentou realmente manifestar-se abertamente contra a construção da Europa, nem mesmo a extrema-esquerda ou a extrema-direita. O consenso entre os partidos políticos, os sindicatos e todo o tipo de grupos de interesses tem sido quase sempre unânime em relação ao apoio à integração da Espanha na UE (Alvarez Miranda 1996), sendo este um dos raríssimos temas em que se alcançou um tal consenso.

Nos inquéritos ASEP foram incluídas três variáveis que mediam as atitudes dos espanhóis em relação à União Europeia: sentimentos em relação à União Europeia (uma escala de 5 pontos que media as atitudes favoráveis-desfavoráveis em relação a diferentes grupos de países, como indicado no quadro n.º 5.1), as atitudes em relação à União Europeia (uma escala de 7 pontos que media as atitudes favoráveis-desfavoráveis só em relação à UE, como indicado no quadro n.º 5.4) e o grau de identificação com a União Europeia (uma escala de 11 pontos que media o grau de identificação com a União Europeia, assim como com a região onde o inquirido vive, e com a Espanha, como indicado no quadro n.º 5.5). Os coeficientes de correlação entre as três variáveis variam entre 0,27 e 0,32, sendo as três estatisticamente significativas ao nível de 0,001. Para além disso, uma análise de componentes principais demonstrou que as atitudes em relação à União Europeia (a escala de 7 pontos) são a melhor das três medidas.

Foram construídos dois modelos de regressão, tendo como variáveis dependentes as atitudes em relação à União Europeia e como variáveis independentes um grupo de variáveis atitudinais e um grupo de variáveis sócio-demográficas. As variáveis atitudinais incluíam a frequência com que o indivíduo lia notícias internacionais na imprensa, a frequência de viagens ao estrangeiro, a auto-avaliação do grau de informação sobre a União Europeia, a percepção das atitudes de parentes e amigos

⁸ O PP é o Partido Popular, de centro-direita; o PSOE é a sigla do Partido Socialista Obrero Español, de centro-esquerda, e a IU é a Izquierda Unida, de esquerda. Estes são os três partidos nacionais mais importantes e a sua percentagem do voto nas eleições legislativas de 2000 foi de, respectivamente, 44,5%, 34,1% e 4,2%.

em relação à União Europeia, a percepção das atitudes dos meios de comunicação social em relação à União Europeia e o conhecimento de idiomas estrangeiros. Estas variáveis explicaram 14% da variância total nas atitudes dos espanhóis em relação à União Europeia e a variável independente que mais contribuiu para essa explicação foi a percepção do inquirido quanto às atitudes dos meios de comunicação social em relação à União Europeia, seguida da percepção de atitudes de parentes e amigos e da auto-avaliação do grau de informação sobre a União Europeia e da frequência de viagens ao estrangeiro. As quatro relações são todas positivas. Quanto às variáveis sócio-demográficas, estas incluem a idade, o nível de instrução, o posicionamento numa escala de 7 pontos esquerda-direita, o posicionamento numa escala de 5 pontos de sentimentos espanhóis-nacionalistas, o rendimento mensal agregado, a posição social segundo a definição de Galtung (1976) (de modo a construir um índice de 9 pontos que medisse o posicionamento centro-periferia), o estatuto sócio-económico (com base na educação, no rendimento agregado, no estatuto ocupacional e no equipamento doméstico da pessoa), a exposição à informação (um índice construído com base em leitura de jornais, audição de programas de informação pela rádio e visionamento de programas de informação televisiva) e o índice de pós-materialismo de Inglehart (uma escala de 6 pontos) (Inglehart, 1977b, 1990 e 1997). A capacidade explanatória deste modelo foi de apenas 3% da variância total sobre a variável dependente e a única relação significativa com as atitudes em relação à União Europeia foi o rendimento mensal agregado. Estes resultados confirmam as conclusões de outros estudos⁹.

Assim, eles confirmam a relação positiva entre os rendimentos e a votação nos partidos conservadores com as atitudes em relação à União Europeia (Gabel, 1998). Também reforçam a hipótese da mobilização cognitiva de Inglehart (Inglehart, 1977a), na medida em que os indivíduos com um grau mais elevado de conhecimento sobre a União Europeia se orientarão mais positivamente para ela (especialmente se os meios de comunicação representarem a União Europeia de forma positiva). Assim, os coeficientes de correlação entre o grau de informação do indivíduo sobre a União Europeia, por ele avaliado, e a percepção pelo indivíduo da orientação dos meios de comunicação social em relação à UE estão positivamente e significativamente relacionados

⁹ Para uma análise muito completa dos modelos explanatórios das atitudes dos espanhóis em relação à União Europeia e ao grau de identificação dos espanhóis com a Europa, v. Diez-Medrano (1995), pp. 73-89.

com as atitudes em relação à União Europeia ($r = 0,226$ e $0,265$ respectivamente). No entanto, os dados espanhóis não corroboram a hipótese de Wessel (1995) sobre a relação entre o posicionamento esquerda-direita do indivíduo e as atitudes em relação à União Europeia, provavelmente devido às atitudes muito favoráveis dos espanhóis em relação à UE, independentemente da sua orientação política. E também não é corroborada a hipótese de Inglehart sobre a relação positiva entre o pós-materialismo e as atitudes em relação à União Europeia (a relação não é estatisticamente significativa). Em todo o caso, como salientado por Diez-Medrano, estes modelos normalmente têm um fraco poder explicativo em relação às atitudes sobre a União Europeia (o modelo de Gabel explica, na melhor das hipóteses, 16% da variância, enquanto o modelo aqui utilizado explica 14% da variância) e, citando Deflem e Pampel (1996), «o país de residência da pessoa continua a ser de longe o melhor preditor das atitudes em relação à integração europeia» (Diez Medrano, a publicar).

Como se esperava, os espanhóis identificam-se mais fortemente com a Espanha e com a comunidade autónoma onde vivem do que com a Europa. Tradicionalmente, os espanhóis têm-se identificado sobretudo com o local onde vivem (a cidade ou vila), dando provas de um certo «localismo», mas desde 1978, quando as comunidades autónomas (regiões) adquiriram reconhecimento constitucional e mais poderes do que muitas das subdivisões administrativas suas equivalentes, mesmo em estados federais, tem ocorrido uma reformulação das identidades dos espanhóis, na medida em que a identificação com a comunidade autónoma se sobrepõe em muitas regiões (especialmente no País Basco, Navarra, Galiza e Catalunha, entre outros) à sua identificação com Espanha. Em certos casos, como o País Basco, a identificação com a comunidade autónoma está ligada a sentimentos separatistas ou independentistas (cerca de 25% dos bascos partilham esse sentimento – Diez-Nicolás, 1999), mas na maior parte dos casos tal apenas reflecte um círculo de identificação recentemente adquirido e perfeitamente compatível com a identidade espanhola (Diez-Medrano e Paula Gutierrez, 2001). À medida que a novidade da comunidade autónoma vai diminuindo, torna-se cada vez mais saliente a compatibilidade das identidades locais, regionais e nacionais. Mas a identidade europeia, por mais europeus que os espanhóis aleguem ser, ainda levará muito tempo a alcançar.

De certo modo, poder-se-á argumentar que o desejo dos espanhóis de serem europeus resulta mais da sua vontade de evitarem ficar fora

da Europa, por uma questão de orgulho, do que por realmente quererem integrar-se e dissolver-se numa identidade europeia. Provavelmente, os espanhóis querem ser europeus mas sem renunciarem às suas identidades espanhola e regional, o que é coerente com a sua mobilidade geográfica muito reduzida não só em relação à Europa, mas até em relação às diferentes regiões e localidades dentro da Espanha. Três em cada quatro espanhóis com 18 anos ou mais vivem na mesma província em que nasceram e na mesma província em que viviam quando eram jovens (Diez-Nicolás, 1999, p. 15). Além disso, só cerca de 19% dos espanhóis com 18 anos ou mais dizem saber falar um idioma estrangeiro (não incluindo as línguas vernáculas regionais), 46% nunca viajaram para fora do país (aliás, só menos de 10% admitem viajar «frequentemente» ou «muito frequentemente» para o estrangeiro) e só 5% respondem que consideram «muito provável» ou «absolutamente provável» irem trabalhar para o estrangeiro dentro dos próximos dez anos (inquérito da ASEP III-02). A posição geográfica da Espanha num extremo da Europa, a barreira natural dos Pirenéus, a grande heterogeneidade e diversidade regionais com respeito não só ao ambiente natural ou físico, mas também ao idioma, cultura e tradições, explicam, provavelmente, o «localismo extremo» da população, embora durante várias décadas (1950-1975) as migrações internas e externas tenham forçado muitas pessoas a migrarem da sua terra natal. Contudo, também é verdade que a maior parte dos migrantes (especialmente os que foram para a Europa) voltam após uns anos e voltam para a sua terra de origem, «para os seus», como diriam.

Grau de identificação com a Espanha, a comunidade autónoma e a Europa*

[QUADRO N.º 5.5]

	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Espanha.....	8,2	8,1	8,2	8,1	8,1	7,9	8,0	7,9	8,0	8,0
Comunidade autónoma.....	8,3	8,2	8,0	8,1	7,9	7,8	7,9	7,8	7,9	8,0
Europa.....	6,7	6,7	6,4	6,1	6,2	6,2	6,4	6,1	6,4	6,7

* A escala utilizada varia de 0 (o mais baixo) a 10 (o mais alto).

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1993 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Os espanhóis têm participado nas eleições europeias numa proporção não negligenciável. Nas primeiras eleições europeias após a adesão de 1987, a taxa de participação foi de 69%, tendo descido para 55% nas eleições regulares de 1989, apenas 3% abaixo da média europeia. Todavia, a taxa de participação aumentou para 59% em 1994 (2% acima da média europeia) e para 64% em 1999 (15% acima da média europeia). A tendência parece demonstrar um crescente interesse dos espanhóis pelas eleições europeias, em contraste não só com a média europeia (que diminui claramente), mas também com a participação nas eleições legislativas espanholas (69% em 1989, 77% em 1993, 78% em 1996 e 69% em 2000). Assim, a participação nas eleições europeias de 1999 foi apenas 5% inferior à participação nas eleições legislativas de 2000, uma diferença certamente muito pequena quando comparada com as diferenças entre as eleições europeias e nacionais noutras Estados membros da União Europeia. E a participação nas eleições europeias de 1999 explica-se melhor pelo modelo de regressão baseado nas variáveis sócio-demográficas mencionadas anteriormente (o modelo explica 6% da variância total das atitudes em relação à União Europeia) do que pelo modelo baseado nas variáveis atitudinais também mencionadas previamente (o modelo explica apenas 3% da variância total). A idade, a posição social e o posicionamento à esquerda são os melhores preditores da participação, todos negativamente relacionados com ela, o que implica que os eleitores que estão na periferia social e os que se posicionam à direita, assim como os jovens, são os que apresentam maiores probabilidades de terem votado nas eleições europeias de 1999. Além disso, embora o modelo de regressão de atitude explique essa proporção bastante reduzida da variância, o sentimento de informação sobre a União Europeia dos inquiridos é o melhor preditor de atitudes em relação à União Europeia.

Objectivos, esperanças e receios relacionados com a integração na União Europeia

Quais são os objectivos que os espanhóis querem que a União Europeia alcance? Que esperam da UE? Que receiam da UE? Os dados dos inquéritos acumulados durante os últimos doze anos parecem fornecer algumas respostas a estas questões.

Tomando o ano de 2000 como data referencial, foram colocadas perguntas desde 1991 para saber se os espanhóis queriam que fosse o governo europeu ou o governo espanhol a assumir a responsabilidade de certas políticas até essa data referencial (sendo que essa data passa para 2005 após o inquérito de 1999). De 1991 a 1994, a maioria dos inquiridos era claramente a favor da moeda única europeia, do Banco Central Europeu e das forças armadas europeias. A opinião pública também era moderadamente a favor de que fosse o governo europeu a decidir sobre a política externa conjunta e sobre as decisões políticas mais importantes e era apenas moderadamente favorável a ser o governo europeu a decidir sobre a política fiscal.

Índice de acordo e desacordo em relação a dever ser o governo nacional ou o europeu a decidir até ao ano de 2000*

[QUADRO N.º 5.6]

	I-91	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Decisões políticas mais importantes.....	115	125	119	113	104	99	98	103	93	104	96	109
Políticas fiscais.....	105	115	112	106	102	93	96	99	80	99	91	95
Forças armadas europeias.....	121	125	128	122	119	115	114	116	109	116	110	117
Política e relações externas.....	115	123	123	115	112	106	104	104	102	106	102	109
Uma moeda única.....	145	149	149	141	131	131	135	-	-	-	-	-
Um banco central único.....	-	125	134	121	109	106	107	-	-	-	-	-

* O índice foi construído com base na diferença entre a proporção de inquiridos que manifestam atitudes favoráveis e a proporção que manifesta atitudes desfavoráveis, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1991 a 1996 foram coligidos para o Cires, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Contudo, de 1995 a 2001 tem diminuído este apoio em relação a todas essas políticas, embora tenha permanecido relativamente elevado em relação à moeda única e não tão elevado em relação às forças armadas europeias conjuntas. De igual modo, parece indicar-se uma recuperação geral dos indicadores em 2002, provavelmente devido à

presidência espanhola durante o 1.º semestre desse ano. Visto que a decisão de adoptar o euro como moeda única comum foi adoptada pela UE em 1997 e a Espanha estava entre o grupo de países que primeiro adoptaram o euro, de 1998 em diante surgiu uma pergunta para avaliar até que ponto os espanhóis estavam satisfeitos com essa decisão; os resultados demonstram que uns sólidos 50%-55% consideram ser uma decisão muito boa ou boa, contra menos de 10% que consideram tratar-se de uma decisão má ou muito má. Mas as opiniões também se têm tornado mais favoráveis a que as decisões políticas mais importantes e a política fiscal se mantenham sob a autoridade do governo espanhol e parece haver um elevado grau de controvérsia sobre o governo, europeu ou espanhol, que deve decidir a respeito da política externa comum. Tal sugere que, à medida que os espanhóis foram ganhando experiência na compreensão do que significa fazer parte da União Europeia, as ideias iniciais sobre a transferência rápida da maior parte das políticas para um governo central europeu se tornaram mais cautelosas. Isto não significa que haja menos confiança na União Europeia. Muito pelo contrário, a confiança na UE só é superada pela confiança na Coroa e é superior à que os espanhóis revelam ter no seu governo regional, no governo espanhol, nas forças armadas, na administração pública e nos tribunais.

Confiança nas instituições*

[QUADRO N.º 5.7]

	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	IV- -02
1. A Coroa.....	7,2	7,3	7,1	7,0	6,7	7,1	6,8	6,4
2. União Europeia.....	5,2	5,7	5,6	5,4	5,4	5,8	5,4	5,5
3. Governo da comunidade autónoma.....	4,7	5,5	5,4	5,3	5,3	5,6	5,2	5,0
4. Governo espanhol.....	3,9	5,0	5,0	5,1	5,2	5,6	4,9	4,7
5. Forças armadas.....	5,3	5,2	5,5	5,3	5,1	5,4	5,2	5,1
6. Administração pública.....	4,2	4,5	4,8	4,5	4,4	4,9	4,7	4,7
7. Tribunais.....	4,5	4,3	4,9	4,5	4,3	4,6	4,4	4,3

* A escala utilizada varia de 0 (o mais baixo) a 10 (o mais alto).

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1995 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Os sentimentos dos espanhóis em relação à União Europeia parecem assim ter sido mais generalistas inicialmente, quando predominavam as expectativas, mas ainda não se tinham feito sentir as consequências. Mas, à medida que cada vez mais indivíduos tomavam contacto directo ou indirecto com as decisões e políticas emanadas da União Europeia, as opiniões tornaram-se mais discriminatórias e menos generalistas. A moeda única foi aceite pela opinião pública desde o início, provavelmente porque os espanhóis pensaram que seria mais segura do que a peseta. A aceitação geral das forças armadas europeias também apaziguou alguns receios históricos de um passado recente, quando as forças armadas espanholas estavam mais envolvidas na segurança interna do que na externa, e é coerente com a aceitação geral do seu novo papel nas missões humanitárias internacionais fora da Espanha. Mas os espanhóis estão mais hesitantes acerca da transferência para as instituições europeias do poder para estabelecer impostos, sabendo que a maior parte dos países europeus têm impostos mais altos do que a Espanha e, portanto, receando que conferir a Bruxelas a responsabilidade das políticas fiscais possa resultar em custos pessoais mais elevados. A orientação mais conservadora dos espanhóis para as decisões a serem tomadas pela União Europeia reflecte-se nos três inquéritos conduzidos desde 2000, onde cerca de dois em cada três inquiridos concordam em que «as decisões da UE só deviam ser aplicadas em Espanha se o governo espanhol votasse a seu favor» e mais de 40% dos inquiridos preferem que o Parlamento Europeu tome as decisões mais importantes e só 20% preferem que seja o Conselho de Ministros a tomá-las.

Quem devia tomar a maioria das decisões que afectam os cidadãos

[QUADRO N.º 5.8]

	IV-00	IV-01	III-02
Total.....	(1,210) %	(1,209) %	(1,220) %
A comunidade autónoma.....	44	46	48
O Estado espanhol.....	46	46	44
A União Europeia.....	5	5	5
DK/NA.....	3	4	4

Fonte: ASEP Data Archive.

Dado o localismo a que anteriormente se fez referência, não surpreende descobrir que a maioria dos espanhóis continue a preferir que a maior parte das decisões que possam afectá-los enquanto cidadãos sejam tomadas pelo governo nacional ou pelo regional e que só uma minoria muito pequena prefira que seja a União Europeia a fazê-lo.

No entanto, parece não haver queixas sobre um excessivo poder da UE, visto que, nos três inquéritos desde 2000, cerca de metade dos inquiridos (58% em 2002) respondem que a UE tem o poder que devia ter, enquanto proporções semelhantes de menos de 20% cada uma pensam que tem poder a mais ou a menos. Mais uma vez, os espanhóis parecem ser muito pró-União Europeia quando falam em termos gerais, mas tornam-se muito mais cautelosos e discriminativos quando se referem a problemas específicos e precisos.

Este é precisamente o caso no que respeita ao proteccionismo. Os espanhóis são muito favoráveis à protecção dos produtos espanhóis contra a competição de produtos estrangeiros não europeus, mas também contra a competição dos produtos europeus. Mais de três quartos dos espanhóis evidenciam, sem qualquer dúvida, atitudes proteccionistas em relação aos produtos espanhóis.

Atitudes sobre proteccionismo económico*

[QUADRO N.º 5,9]

	I-91	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II- -97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
A lei deve proteger os produtos espanhóis contra a concorrência de produtos de outros países da UE	166	173	176	179	182	179	180	178	176	182	176	172
A lei deve proteger os produtos espanhóis contra a concorrência de produtos de países não pertencentes à UE	174	181	183	185	189	188	186	182	184	186	182	185

* O índice foi construído com base na diferença entre a proporção de inquiridos que concordam e a proporção que discorda, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1991 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Observam-se também atitudes proteccionistas semelhantes com respeito à contratação de alguém para um emprego. Porém, há uma diferença clara entre indivíduos e produtos. Entre 1992 e 1994, quando se pediu aos inquiridos para optarem entre contratar um espanhol ou um estrangeiro com maiores qualificações, uma maioria respondeu que contrataria o estrangeiro com maiores qualificações; contudo, a partir de 1995 a opção é cada vez mais favorável ao cidadão espanhol.

Atitudes em relação à contratação de espanhóis ou outros europeus mais qualificados

[QUADRO N.º 5.10]

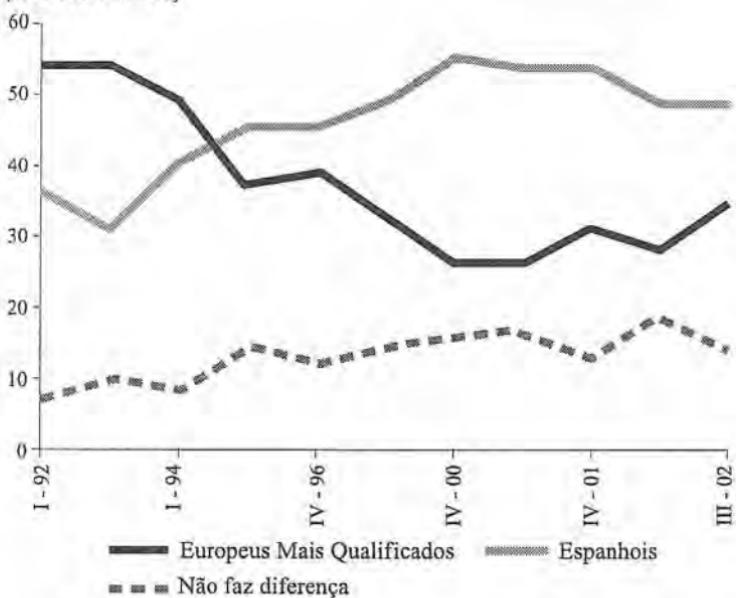
	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Total.....	1,200	1,200	1,200	1,200	1,200	1,213	1,204	1,214	1,210	1,209	1,220
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Europeu mais qualificado....	54	54	49	37	39	33	26	26	31	28	35
Espanhol.....	36	31	40	46	45	49	55	54	54	49	49
Não faz diferença.....	7	9	8	14	12	14	15	16	12	18	14
NS/NR.....	3	6	3	1	4	5	4	5	4	4	3

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1992 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

As altas taxas de desemprego verificadas em Espanha durante o mesmo período de 1992-1995 parecem assim ter, provavelmente, tido um efeito retardado sobre as atitudes em relação à preferência entre trabalhadores europeus e espanhóis, de modo que, apesar do facto de o desemprego ter diminuído sensivelmente desde 1996, os espanhóis continuavam a preferir os seus compatriotas. No entanto, a proporção que dizia que «não faz diferença» aumentou em 2001 e em 2002 a proporção que favorecia os trabalhadores espanhóis é igual à proporção que preferiria dar o emprego ao europeu ou que pensa que «não faz diferença». Mas por enquanto a verdade é que os espanhóis parecem não aceitar as consequências reais (ao contrário das consequências abstractas e hipotéticas) do acordo da União Europeia sobre «o livre movimento de produtos, serviços e indivíduos», declaração com a qual uma grande maioria concordaria.

Atitudes em relação à contratação de espanhóis ou outros europeus mais qualificados

[GRÁFICO N.º 5.1]



Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1992 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Assim, quando se comparam os objectivos desejados e esperados para a União Europeia, parece que só um seria muito desejável e muito provável de acontecer aos olhos dos espanhóis – «a eliminação de todas as barreiras à livre circulação de trabalhadores nos países da UE». A evidente contradição entre a importância atribuída a este objectivo e as atitudes a respeito de contratar um espanhol ou um trabalhador estrangeiro mais qualificado dispensa mais comentários. Mais uma vez surge o contraste entre o geral e o particular. A grande importância dada a «impôr a paz na Europa» (uma referência clara ao conflito dos Balcãs), «reduzir as diferenças económicas entre os países da UE» e «estabelecer os Estados Unidos da Europa» não corresponde de modo algum à percepção da probabilidade de se tornarem uma realidade. Só a importância atribuída à «adopção de uma moeda comum na UE» teve correspondência com a percepção da probabilidade crescente de isso acontecer à medida que a data da sua adopção se aproximava.

Índice da importância atribuída a vários objectivos europeus e índice de probabilidade de que estes sejam alcançados*

[QUADRO N.º 5,11]

	Índice de importância atribuída a cada objectivo								
	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	IV- -02	III- -02
Eliminar todas as barreiras á livre circulação de trabalhadores entre países da UE.....	163	168	169	166	172	168	173	173	
Reducir as diferenças económicas entre os países da UE.....	186	188	179	172	181	179	179	173	
Estabelecer os Estados Unidos da Europa.....	134	138	129	116	118	124	127	127	
Impor a paz na Europa.....	193	194	191	—	—	—	—	—	
Estabelecer uma moeda comum na UE.....	136	139	140	—	—	—	—	—	

	Índice de probabilidade de o objectivo ser alcançado								
	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	IV- -02	III- -02
Eliminar todas as barreiras á livre circulação de trabalhadores entre países da UE.....	125	123	139	137	137	134	136	132	
Reducir as diferenças económicas entre os países da UE.....	66	67	79	74	73	80	63	78	
Estabelecer os Estados Unidos da Europa.....	82	85	94	89	89	84	77	95	
Impor a paz na Europa.....	90	103	114	—	—	—	—	—	
Estabelecer uma moeda comum na UE.....	106	123	146	—	—	—	—	—	

* Os índices foram construídos com base na diferença entre a proporção de inquiridos que consideram cada objectivo importante ou de ocorrência provável e a proporção dos que não o consideram realizável, acrescentando 100 para tornar os índices positivos, que variam, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1995 a 1996 foram coligidos para o CIRES, num projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Para medir resumidamente as atitudes mais recentes dos espanhóis em relação à União Europeia há que fazer referência ao inquérito nacional do ASEP de Julho de 2001, quando foram colocadas três questões sobre o modo como votariam os inquiridos em três referendos diferentes e hipotéticos. Os resultados foram que 80% dos inquiridos votariam a favor da permanência da Espanha na União Europeia, dois terços votariam a favor da adopção por parte da Espanha do euro como moeda única e comum e 55% votariam a favor do alargamento da UE

dos actuais 15 aos esperados 27 países membros *versus* 17% que votariam contra.

O alargamento da União Europeia, a regulação da imigração e o estabelecimento de um sistema de defesa europeu (incluindo a guerra ao terrorismo), além de uma modificação mais complexa do quadro institucional, parecem ser as quatro questões mais importantes com que se confronta a União Europeia neste momento. Para os espanhóis, segundo um inquérito recente (ASEP I-02), os três problemas mais importantes (mencionados por mais de 50% dos inquiridos) para os quais a União Europeia deveria procurar solução são a eliminação do terrorismo da ETA (o grupo terrorista basco), a imigração e a eliminação do terrorismo internacional; cerca de 25% dos inquiridos também mencionaram o fortalecimento do euro. Um mês mais tarde (ASEP II-02), quando inquiridos sobre as acções mais prementes para a construção da Europa, 54% mencionaram a ajuda europeia à Espanha para combater o terrorismo da ETA, 47% mencionaram o estabelecimento da «ordem europeia», que permitiria a detenção de criminosos em qualquer país europeu através de uma ordem judicial emitida em qualquer outro país europeu, 32% mencionaram o estabelecimento de um sistema legal comum europeu para uniformizar crimes e castigos e mais de 20% mencionaram o estabelecimento de um sistema educativo comum europeu e de um sistema judicial comum e a elaboração de uma Constituição europeia.

Com respeito ao sistema de defesa, há que sublinhar que em dois inquéritos consecutivos (ASEP II e III-02) as opiniões dos espanhóis se dividem igualmente entre os que pensam que a União Europeia pode actuar independentemente dos Estados Unidos e os que acham que lhe está subordinada. Contudo, existe um consenso bastante grande de desejar que a União Europeia possa actuar independentemente dos Estados Unidos. Para tal, mais de metade da amostra em ambos os inquéritos está a favor de a UE aumentar o seu orçamento para a defesa de modo a tornar-se independente dos Estados Unidos e menos de 20% estão a favor de gastar menos em defesa e depender dos Estados Unidos.

Quanto ao alargamento da União Europeia, só 15% dos inquiridos (ASEP I-02) admitem posicionar-se um pouco ou muito contra a admissão de novos membros. E, passados meses (ASEP IV-02), depois de um debate público moderado sobre as consequências do alargamento, 22% eram a favor de, assim que possível, se admitir o maior número de novos membros, enquanto 20% eram a favor da admissão gradual de novos membros e 33% eram a favor de se esperar até a união dos actuais 15 países membros estar mais consolidada. Na realidade, quan-

do se pediu aos inquiridos que mencionassem os países que deviam ser admitidos imediatamente, a Polónia foi mencionada por 20% e a Hungria, a República Checa e a Roménia foram mencionadas por mais de 10%. Uma vez mais, os dados parecem corroborar a conclusão de que há uma grande diferença entre as opiniões gerais e abstractas e as opiniões específicas ou mais concretas.

Percepção das consequências da integração na União Europeia

Em contraste com a conclusão de que parecem coexistir atitudes contraditórias em relação ao grau em que os espanhóis querem que o seu governo renuncie a elementos importantes da sua soberania a favor da União Europeia, parece haver um acordo muito geral de que as consequências de ter aderido à UE foram globalmente muito positivas para a Espanha e para os espanhóis, quase sem quaisquer inconvenientes. Os benefícios parecem sobrepor-se por uma larga margem aos custos e riscos nas percepções dos espanhóis sobre o que têm sido as consequências da adesão à UE e parece haver uma tendência geral para aumentarem as percepções positivas quando se examinam os dados dos últimos onze anos.

Índice de percepção dos efeitos da adesão à União Europeia para a Espanha, para a comunidade autónoma e para o inquirido

[QUADRO N.º 5.12]

	I-92	I-93	I-94	I-95	IV- -96	II-97	IV- -98	IV- -99	IV- -00	IV- -01	III- -02
Espanha.....	167	153	150	142	143	159	158	170	174	166	184
Comunidade autónoma.....	156	142	144	134	137	152	150	163	168	160	181
Inquirido.....	140	130	135	127	123	132	145	153	163	156	176

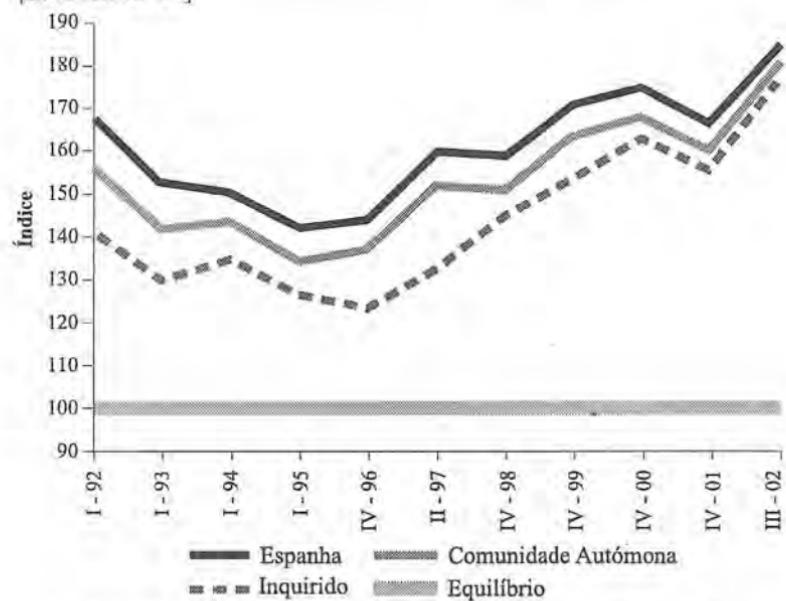
Em Abril de 1998 a questão era sobre os benefícios ou os custos da adesão à União Europeia. O índice foi construído com base na diferença entre a percentagem dos inquiridos que antevêem consequências positivas e a percentagem dos que antevêem consequências negativas, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1992 a 1996 foram coligidos para o CIRES, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

Há que sublinhar que os espanhóis assinalaram repetidamente mais consequências positivas para a Espanha do que para a Comunidade Autónoma, e mais para a Comunidade Autónoma do que para si mesmos. Esta conclusão é até mais interessante, visto que inverte as conclusões quando se usa a escala de Cantril sobre a avaliação comparativa (passado, presente e futuro) dos indivíduos sobre a situação do mundo, do país e a sua.

Índice de percepção dos efeitos da adesão à União Europeia para a Espanha, para a comunidade autónoma e para o inquirido

[GRÁFICO N.º 5.2]



Em Abril de 1998 a questão era sobre os benefícios da adesão à União Europeia. O índice foi construído com base na diferença entre a proporção dos inquiridos que antevêm consequências positivas e a proporção que antevê consequências negativas, acrescentando 100 para tornar o índice positivo, que varia, assim, entre 0 e 200.

Fonte: ASEP Data Archive. (Os dados de 1992 a 1996 foram coligidos para o Cires, um projecto patrocinado pelo BBV, Caja de Madrid e Fundações BBK.)

As conclusões de Cantril foram replicadas e confirmadas em muitos inquéritos por todo o mundo e também em Espanha em datas muito

diferentes, incluindo os inquéritos da ASEP (Cantril, 1965; Diez-Nicolás e Torregrosa, 1967; Diez-Nicolás, 1997). Os resultados semelhantes, usando as componentes (nacionais e pessoais) do índice de sentimentos do consumidor, indicam consistentemente que, por norma, os indivíduos avaliam a sua situação económica passada, presente e futura melhor do que a do país. Contudo, é verdade que, quando se compararam as componentes nacionais e pessoais do índice de sentimentos do consumidor, há períodos em que os inquiridos avaliam a situação económica nacional melhor do que a sua própria, como aconteceu em Espanha durante o período de 1996-2000, quando a recuperação económica, após um longo período de recessão (com taxas muito altas de desemprego e inflação), foi sentida mais cedo a nível nacional do que a nível pessoal, devido à influência persuasiva dos meios de comunicação social e dos líderes de opinião, que aparentemente convenceram a população acerca da recuperação económica nacional, embora os indivíduos não se apercebessem da recuperação da sua economia pessoal e do seu agregado. Também pode acontecer que, com respeito aos benefícios derivados da integração na União Europeia, os espanhóis aceitem a interpretação dada pelos meios de comunicação social e pelos líderes de opinião no sentido de que os benefícios compensam os custos para a Espanha, em geral, e também (mas menos) para a sua comunidade autónoma, que conhecem melhor por lhes estar mais próxima, mas ainda não detectam de que maneira a adesão à UE os beneficiou pessoalmente (embora o aceitem devido à influência externa dos meios de comunicação social).

Os espanhóis ainda consideram que o nível de desenvolvimento económico da Espanha está abaixo do nível europeu, mas as opiniões parecem reconhecer uma redução nesse fosso, de modo que, se, em 1992, 74% dos inquiridos pensavam que Espanha estava atrasada com respeito à Europa, essa proporção desceu para 64% em 2002, ao mesmo tempo que a proporção que pensa que a Espanha está ao mesmo nível de desenvolvimento económico da Europa aumentou de 19% para 32% durante o mesmo período. Na mesma linha, quando se perguntou aos inquiridos sobre o grau de justiça social em Espanha e na União Europeia, usando uma escala de 0 a 10, as médias foram 6,0 para a UE e 5,5 para a Espanha em 1995, mas mais de 6,0 e 5,8 em 2002. Também, quando se pediu aos inquiridos que expressassem o seu grau de satisfação com respeito ao nível de vida em Espanha, comparado com o do resto da Europa, a proporção que se afirmou satisfeita ou muito satisfeita aumentou de 52% em 1995 para 74% em 2002,

enquanto a proporção que se sentia muito ou um pouco decepcionada diminuiu de 40% para 23% durante o mesmo período.

Os espanhóis, portanto, tendem a sentir que o fosso entre a Espanha e os outros países da União Europeia está a reduzir-se muito rapidamente, em particular nos anos recentes (as comparações registadas acima referem-se a um período de oito anos). Mas não foram só as suas percepções e avaliações que mudaram. Aparentemente, também se detectam mudanças nas percepções e avaliações dos europeus com respeito à Espanha.

Assim, em 1996 só 34% dos inquiridos pensavam que os europeus tinham uma opinião positiva ou muito positiva sobre o nível de desenvolvimento económico da Espanha, mas essa proporção aumentou para 58% em 2002, enquanto as percepções de opiniões negativas ou muito negativas diminuíram de 27% para 9% no mesmo período. E, muito na mesma direcção, 36% dos inquiridos em 1996 pensavam que os europeus tinham uma opinião positiva ou muito positiva sobre os espanhóis, ao passo que essa proporção aumentou para 60% em 2002, enquanto 22% pensavam que os europeus tinham uma opinião negativa ou muito negativa dos espanhóis em 1996, mas a proporção diminuiu para apenas 8% em 2002¹⁰.

Conclusões

Os dados acima apresentados e analisados parecem corroborar a hipótese geral de que os espanhóis foram e ainda são muito favoráveis à integração na Europa e praticamente não existem «eurocépticos». Este consenso quase unânime a favor da integração na Europa, dezasseis anos depois da adesão, parece ser uma consequência da necessidade de vencer o isolamento histórico da Espanha do resto da Europa desde o século XIX até ao fim do regime de Franco em 1975.

Na realidade, os dados apoiam a ideia de que os espanhóis estão convencidos dos grandes benefícios e baixos custos da adesão à UE quer para a Espanha, quer para a sua região ou para si próprios. Os

¹⁰ Em 1995, 30% dos inquiridos afirmavam que o respeito internacional pela Espanha durante o regime de Franco fora elevado ou moderado, enquanto 63% afirmavam o mesmo sobre o respeito internacional pela Espanha nessa data. Estas percentagens mudaram para, respectivamente, 15% e 83% em 2002, mostrando um aumento considerável da percepção de uma diferença entre os dois tipos de regimes em apenas sete anos.

espanhóis sentem que o fosso entre o seu país e os outros Estados membros da União Europeia se tem reduzido muito rapidamente no que toca ao desenvolvimento económico e à modernização, à justiça social e ao nível de vida. E também pensam que as percepções e avaliações dos europeus com respeito à Espanha e aos espanhóis são agora muito melhores do que no passado, como demonstram os dados acima apresentados. Mas, além disso, os espanhóis sentem agora um maior respeito internacional pela Espanha do que durante o regime de Franco e no inquérito de 2002 são quase unâimes em considerarem muito positivas ou algo positivas as mudanças ocorridas em Espanha durante os últimos trinta anos, ao ponto de só 19% admitirem sentirem-se muito ou algo satisfeitos com respeito ao período do regime de Franco contra 83% que se sentem muito ou algo satisfeitos com o período de transição democrática (uma grande mudança com respeito a 1995, quando os mesmos números eram de 33% e 73%, respectivamente). Pelo contrário, os insatisfeitos com o período do regime de Franco representavam 51% em 1995 e 63% em 2002, enquanto os insatisfeitos com o período de transição democrática diminuíram de 23% para 9% dos inquiridos durante o mesmo período de nove anos.

Resumindo, os espanhóis desejavam ser europeus para saírem do seu isolamento. E as suas esperanças sobre os benefícios que obteriam da adesão à Europa parecem em larga medida ter-se realizado, como os dados sobre a opinião pública nos últimos doze anos demonstram com grande consistência. Aparentemente, os espanhóis ainda não encontraram razões de queixa da adesão à Europa, embora certamente manifestem atitudes proteccionistas quer em relação aos seus produtos, quer aos seus trabalhadores.

Bibliografia

- ALVAREZ-MIRANDA, B. (1996), *El Sur de Europa y la Adhesión a la Comunidad: Los Debates Políticos*, Madrid, CIS.
- CANTRIL, H. (1965), *The Pattern of Human Concerns*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- DEFLEM, M., e PAMPEL, F. C. (1996), «The myth of postnational identity: popular support for European unification», in *Social Forces*, 75, 1, pp. 119-143.
- DÍEZ-MEDRANO, J. (1995), *La Opinión Pública y la Integración Europea*, Madrid, CIS.

- DÍEZ-MEDRANO, J., e GUTIÉRREZ, P. (2001), «Nested identities and European identity in Spain», in *Ethnic and Racial Studies*, 24, 5, pp. 753-778.
- DÍEZ-MEDRANO, J. (2003), *The Shadow of the Past: Empire, WWII, and Attitudes toward European Integration in Germany, Spain, and the United Kingdom*.
- DÍEZ-NICOLÁS, J. (1976), *Los Españoles y la Opinión Pública*, Madrid, Editora Nacional.
- DÍEZ-NICOLÁS, J. (1997), *La Realidad Social de España, 1995-1996*, Centro de Investigaciones sobre la Realidad Social (Cires), Bilbao, Fundación BBV, Caja de Madrid, Bilbao-Bizkaia-Kutxa.
- DÍEZ-NICOLÁS, J. (1999), *Identidad Nacional y Cultura de Defensa*, Madrid, Ed. Síntesis.
- DÍEZ-NICOLÁS, J., e RAMÍREZ-LAFITA, M. J. (2001a), *La Inmigración en España: Una Década de Investigaciones*, Madrid, IMSERSO.
- DÍEZ-NICOLÁS, J., e RAMIREZ-LAFITA, M. J. (2001b), *La Voz de los Inmigrantes*, Madrid, IMSERSO.
- DÍEZ-NICOLÁS, J., e TORREGROSA, J. R. (1967), «Aplicación de la escala de Cantril en España: resultados de un estudio preliminar», in *Revista Española de la Opinión Pública*, 10.
- GABEL, M. (1998), *Interests and Integration: Market Liberalization, Public Opinion, and European Union*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- GALTUNG, J. (1976), «Social position and the image of the future», in H. Ournauer et al. (eds.), *Images of the World in the Year 2000*, Paris, Mouton.
- INGLEHART, R. (1977a), «Long-term trends in mass support for European unification», in *Government and Opposition*, 12, pp. 150-177.
- INGLEHART, R. (1977b), *The Silent Revolution*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Post Modernization*, Princeton, Princeton University Press.
- WESSELS, B. (1995), «Development of support: diffusion or demographic replacement?», in O. Neidermayer e R. Sinnott (eds.), *Public Opinion and Internationalized Governance*, Oxford, Oxford University Press.